



## PSD, UDN E PTB, OS TRÊS GRANDES PARTIDOS DA TERCEIRA REPÚBLICA

Eder Aparecido de Carvalho\*

### RESUMO

Pretendeu-se com o estudo, sob as lentes de uma pesquisa bibliográfica, ampliar o fornecimento de informações sobre a estrutura partidária da Terceira República. Mais especificamente, de maneira introdutória, analisar os três grandes partidos brasileiros do período que se estendeu de 1945 a 1964 – PSD, UDN e PTB. Partindo da fundação dos partidos políticos, lealdade ou oposição a Vargas, e depois constatando as mudanças, no cenário eleitoral, associadas à progressiva urbanização, concluiu-se que houve um realinhamento do sistema partidário. De um sistema desequilibrado, com um partido dominante, chegou-se – antes do golpe militar – a um sistema equilibrado, sem uma agremiação dominante.

Palavras-chave: estrutura partidária, Terceira República, urbanização e realinhamento.

### INTRODUÇÃO

Este artigo, mais informativo que dissertativo, visa trabalhar tema relativo ao sistema político brasileiro, mais especificamente a estrutura partidária que foi se contemplando no período de 1945 a 1964. Seu principal objetivo é reavivar e estender a literatura existente expondo, sem a pretensão de esgotá-la, os traços mais gerais que propiciaram o eixo básico do sistema partidário na Terceira República e as suas transformações - evoluções e crises. O texto ilustra os seguintes pontos: primeiro deixa claro que no momento em que os partidos precisavam atrair as massas, em vez de se limitarem aos grupos de elite, à liderança do governo estadonovista se garantiu no processo de democratização via PSD, ao passo que a UDN incorporou justamente as lideranças oposicionistas nos estados. Tanto esse como àquele eram detentores de amplas bases rurais. O PTB, por sua vez, também organizado pela

---

\* Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/9443185069485662>

máquina administrativa do Estado Novo, incorpora a clientela urbana sindical corporativa. Segundo ponto: o texto esclarece a perda de representatividade dos partidos próximo ao pólo direitista-conservador (UDN e PSD) e a ascensão do pólo esquerdista-reformista (PTB). Outro ponto diz respeito ao PSD como fiel da balança no golpe de 1964, que acabou por interromper o processo de consolidação do sistema partidário vigente.

### PSD, UDN E PTB

A queda do regime fascista e nazista, ao fim da Segunda Guerra, no cenário mundial, propiciou a restauração da democracia brasileira em 1945. A oposição, em virtude do descrédito que cobriu os regimes de Hitler e Mussolini, ganhava fôlego<sup>1</sup> no combate ao regime autoritário – vigente desde 1937. Surgiram os partidos de massa (modernos partidos), como definiu Mainwaring (2001: 109), “partidos que precisavam ganhar votos e atrair as massas em vez de se limitarem aos grupos de elite como anteriormente”. De maneira mais sucinta, facções que valorizam a base eleitoral como forma de se chegar ao poder. Saliente expor que, mesmo sendo o presidente Getúlio Vargas deposto – 1945 -, a elite do governo estadonovista se garantiu no processo de democratização. Não que a Carta Magna de 1946 fora uma tapeação, mas para os menos desavisados, o processo de redemocratização foi menos radical do que pode parecer (M. SOUZA, 1990: 105-106). Conclui M. Souza (1990: 134):

a queda do Estado Novo foi amortecida, e sua estrutura geral aproveitada para a nova armação institucional. Não afirmamos, é claro, uma continuidade total, como se estivéssemos diante de dois sistemas idênticos. Tal interpretação equivaleria em sua ingenuidade àquela que vê na Constituição de 1946 um corte abrupto com o passado e a inauguração de uma etapa imaculadamente democrática em nossa história política.

Pela primeira vez na história os partidos, através da concorrência organizada pelo voto, se tornaram o mecanismo mais importante para alcançar o poder<sup>2</sup>. Os partidos não

<sup>1</sup> Em Minas Gerais no dia 24 de outubro de 1943 a oposição assinou o Manifesto Mineiro, tratava-se de uma manifestação coletiva contra o Estado Novo, que exigia o estabelecimento do regime democrático – fora esta a primeira manifestação (coletiva e organizada) contra o regime autoritário imposto por Getúlio Vargas. A mesma, dois anos mais tarde, daria origem à UDN – União Democrática Nacional (MAINWARING, 2001: 107 & SOUZA, M. 1990: 63).

<sup>2</sup> Importante dizer que, levando em conta que o Partido Comunista Brasileiro (PCB), vitimado pela Guerra Fria, foi cassado em 1947 e que intervenções militares, retrata-se aqui momentos decisivos, teve mais peso do que os resultados das urnas – após a renúncia de Quadros teve-se o veto dos militares à posse de Jango. Mais tarde (1964) o golpe militar que derrubou João Goulart. Saliente acrescentar que em 11 de novembro de 1995 houve

estavam mais só ligados às elites, surgindo a necessidade de atrair a massa para lograr o voto – a conquista da simpatia da população passou a ser prioridade, já que estava extinta a era da política oligárquica, a legitimidade não dependia mais somente das elites. Os partidos dos notáveis<sup>3</sup> são substituídos pelos partidos modernos. O eixo se inverte - declínio do clientelismo<sup>4</sup> e maior grau de institucionalização do sistema político -, embora seja relevante colocar que ainda prevalecia a volatilidade eleitoral extremamente alta<sup>5</sup> e o discurso populista (de candidato individual) também continua a ter mais peso que os partidos políticos, isto é, candidatos sem compromisso partidário continuaram a ser eleitos para altos cargos (MAINWARING, 2001).

O anti ou o pró varguismo foi decisivo para a formação da estrutura partidária, isto é, distante de ser marcada por clivagens sócio-econômicas nítidas, se tem o PSD ligado à máquina estadonovista (interventorias), ou seja, foi fundado por políticos que desempenhavam um papel de liderança nas interventorias - criado, segundo M. Souza (1990: 109), de cima para baixo (de dentro para fora do estado). Dentro do PSD o peso das lideranças locais (prefeitos ou ex-prefeitos nomeados pelos interventores) e regionais (chefes estaduais para não dizer os governadores) trouxe algumas influências, limitou, por exemplo, o poder do comando nacional impedindo maior centralização (SOARES, 2001 & HIPOLITO, 1985). Os “diretórios estaduais tinham autonomia em relação ao diretório nacional” (SOARES, 2001: 87). O PSD fora o maior partido brasileiro durante a Terceira República, elegeu durante o período (em todas as eleições) as maiores bancadas do Congresso Nacional<sup>6</sup> (MAINWARING, 2001; SCHMITT, 2000; M. SOUZA, 1990). Inverso ao PSD, os fundadores da UDN (um grupo heterogêneo) tinham em comum a oposição a Vargas. A UDN, segundo maior partido do período<sup>7</sup>, foi formada pelos desalojados das interventorias

---

também o golpe preventivo a fim de garantir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek –, concordamos com Mainwaring (2001), havia algumas restrições.

<sup>3</sup> Grupos de elite que formaram os partidos pré-modernos desde a década de 1830 (MAINWARING, 2001).

<sup>4</sup> Saliente ressaltar que “o corporativismo e o clientelismo continuaram a entravar a participação popular, mas um menor número de pessoas viviam sob o controle direto de poderosos manda-chuvas locais. Mesmo nos locais onde esses ‘coronéis’ continuavam a dominar sem restrições, sua dominação se tornou mais afável e mais branda” (MAINWARING, 2001: 111). Pode-se dizer que a própria urbanização que desencadeava o país permitiu progressivamente a perda de controle irrefreável que tinham os proprietários rurais antes de 1930.

<sup>5</sup> A volatilidade, definida por Nicolau (1997: 317), “mede o grau de mudança eleitoral agregada entre duas eleições consecutivas”. Trabalhando o mesmo conceito Mainwaring (2001: 113) avalia a volatilidade como um índice “que mostre a parcela de votos ou cadeiras que mudam de partido de uma eleição para outra”.

<sup>6</sup> Importante informar que, apesar do PSD ser o maior partido do período, foi também o partido com maior declínio eleitoral – declínio progressivo (SCHMITT, 2000; SOARES, 2001; HIPÓLITO, 1985; MAINWARING, 2001).

<sup>7</sup> Saliente expor que perdera a posição para o PTB nas eleições de 1962.

(SOUZA, 1990: 41-42). A UDN, o mais conservador (antipopulista)<sup>8</sup> dentre os três grandes partidos (MAINWARING, 2001), era o único dos grandes partidos do período (PSD, UDN e PTB) que “não possuía vínculos com as estruturas remanescentes do Estado Novo” (SCHMITT, 2000: 16). A UDN, entretanto, segundo M. Souza (1990: 135), era “um partido forjado na oposição a Getúlio Vargas e ao Estado Novo”. Define, M. Souza (1990), que estava longe de se comportar como um partido coeso durante os trabalhos que tratavam da elaboração da Constituição de 1946. Maior exemplo trata-se da desobediência da maioria de seus constituintes (1946) à orientação da bancada mineira e também da bancada paulista que defendiam a emenda favorável a atenuar as desproporções representativas existentes – a que diz respeito à representação parlamentar proporcional ao número de habitantes por estado – e, conseqüentemente, a devolução do poder aos dois maiores estados, o que frustraria os remanescentes do estadonovista. M. Souza (1990) retrata uma polarização entre PSD e UDN dos estados de São Paulo e Minas Gerais (que visavam atenuar as desproporções representativas existentes) versus o restante, inclusive PSD e UDN de outros estados. Tal dualismo deve-se ao reflexo dos remanescentes do Estado Novo (getulistas) uma vez que o segundo grupo representava a continuidade do getulismo e o primeiro a oligarquia do eixo “café com leite”, o que acaba por explicar o apoio do PTB paulista – associado a uma inspiração getulista –, mesmo com prejuízo político, ao artigo 58 (Constituição de 1946) – artigo que regulamentava a representação das legendas na Câmara dos Deputados de acordo com a distribuição geográfica da população. Saliente expor que o citado artigo dispunha de restrições progressivas, o que acabava por impedir a estrita proporcionalidade dos assentos na Câmara dos Deputados face ao número de habitantes de cada estado. A distorção imposta por esta Constituição – 1946 – restaura o preceito da Carta Magna de 1934 (Constituição Getulista)<sup>9</sup>. A influência dos diretórios locais e regionais, provavelmente fruto de tradição da Primeira República, no interior da UDN era considerável, aliás como diagnosticou Soares (2001), pouco se diferenciava da do PSD<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup>“A UDN nunca foi um partido popular. Nascida em berço fidalgo, de uma aliança marcada por representantes das ‘tradicional famílias mineiras’ e das oligarquias paulistas, a UDN nunca conseguiu transcender sua origem senhorial” (BENEVIDES, 1981: 212). A mesma Benevides (1981: 215) coloca: “o momento janista é o momento da concessão populista, o que significa um deslize, um certo ponto de ruptura da UDN com sua postura de hostilidade aos métodos populistas, indistintamente associados a seus inimigos históricos do PSD ou do PTB, aos getulistas ou aos ademaristas”.

<sup>9</sup> Maiores detalhes ver M. Souza (1990: 124-136).

<sup>10</sup> Para completar ressaltamos que Benevides (1981) e Soares (2001) diagnosticam, em razão das reivindicações regionais, um conflito interno, Sul e Sudeste versus Norte e Nordeste, mais precisamente os estados mais desenvolvidos versus os menos desenvolvidos.

O PTB, mais progressista do que PSD e UDN, também foi organizado pela máquina administrativa do Estado Novo, porém pela estrutura sindical corporativa, isto é, era um partido de base trabalhista e detinha, segundo Mainwaring (2001) boa penetração nos bairros operários. Oportuno expor que, nos termos de Karl Marx, a aparência escondia a essência, ou seja, a ideologia trabalhista e a aparência progressista do PTB ocultavam a herança estadonovista – centralizada e pouco democrática para não dizer, nos moldes de Soares (2001), fascista. Havia um excesso de poder que era desempenhado pela direção partidária.

O PTB foi o terceiro maior partido do período. Saliente expor que foi por contar com uma base predominantemente urbana, uma vez que o Brasil se urbanizava cada vez mais, o partido que mais cresceu durante a Terceira República. Passou a ser a segunda maior força logo depois das eleições de 1962, inclusive nesta mesma eleição ficou a duas cadeiras de se igualar ao maior partido da Câmara, ou seja, naquele pleito o PSD logrou 118 assentos e PTB 116. Oportuno colocar que em novembro de 1963 houve uma inversão, seis deputados pessedistas maranhenses mudaram para o PTB. Desde 1946 era a primeira vez que o PSD deixava de ter a maioria na Câmara dos Deputados (HIPOLITO, 1985).

Apesar de PSD, UDN e PTB deterem durante toda a Terceira República mais de 75% da representação, é importante colocar que houve uma dispersão do poder parlamentar entre os três grandes partidos, mais precisamente uma perda da representação dos maiores partidos (PSD e UDN) combinadas com o crescimento do PTB. Veja: O PSD que detinha em 1946, 52,8% das cadeiras passa a deter apenas 28,8% em 1962. A UDN de 26,9% vê a sua representação reduzir a 22,2%. Inversamente o PTB de 7,7% amplia a sua bancada chegando a 28,4% (MAINWARING, 2001: 109). O PTB, apesar das candidaturas antijanguista e anticomunista chegarem a se beneficiar – confirmado mais tarde, segundo Benevides (1981)- de fundos norte-americanos para o pleito de 1962, aumentou em 40 % - comparado com a eleição anterior (1958) - a sua representação no Congresso. O PTB praticamente sai dos 20% (representação percentual em toda a Câmara referente ao pleito de 1958) para 28%. O PSD, por sua vez, perdeu aproximadamente 5% dos assentos, ao mesmo tempo que a UDN cresceu 5%<sup>11</sup>. Pode-se concluir que a Câmara dos Deputados, ao longo do período, saiu de uma

---

<sup>11</sup> Oportuno expor que os ganhos e perdas foram obtidos a partir de dados expostos por Mainwaring (2001: 109) e Araujo (1996: 149). Importante também mencionar a necessidade de uma análise qualificada, uma vez que o número de assentos na Câmara a partir de 1962 passou de 326 para 409 – aumento de 25,5%. O PTB, por exemplo, elegeu 116 deputados superando os 66 assentos obtidos em 1958, entretanto, proporcionalmente elevou a sua bancada em 40% e não 75%. Índice de crescimento inferior, percentualmente, ao obtido nas eleições de 1950 quando mais que dobrou a sua participação na Câmara dos Deputados.

composição desequilibrada (com um partido dominante) – 1946 – para uma composição equilibrada (sem um partido dominante) – 1962<sup>12</sup>.

De maneira sucinta – obedecendo ao estudo de M. Souza (1990), Soares (2001), Hipólito (1985) e Benevides (1981) – a UDN e o PSD dividiam o eleitorado do interior rural com ligeira desvantagem para o primeiro. O PSD, expressando os interesses dos proprietários de terra constantemente, se posicionou de forma contrária às reformas sociais no campo - reforma agrária e extensão da legislação trabalhista no que diz respeito aos trabalhadores do campo - (SOARES, 2001: 91). Pode-se concluir que o PSD “oscilou um pouco à esquerda, quando dominado pela ala moça e quando coligado com o PTB e um pouco à direita quando votou, juntamente com a UDN para bloquear iniciativas reformistas” (SOARES, 2001: 94). Num sistema multipartidário não polarizado, o PSD ocuparia o centro (HIPOLITO apud SOARES, 2001: 94). Detendo maior concentração em estados menos industrializados, a mudança sócio-econômica (progressiva urbanização) caracteriza um declínio da força eleitoral dos dois grandes partidos conservadores (PSD e UDN)<sup>13</sup>. Há inclusive uma correlação negativa, assinalada por Soares (2001: 93), entre o declínio do PSD e a crescente urbanização. Inversamente, o PTB – que emergiu a partir de uma base urbana - e os pequenos partidos reformistas detendo maior concentração nos estados mais industrializados cresciam principalmente à medida que ganhavam maior apoio dos estados menos industrializados – os reformistas (populistas) penetravam, mesmo que de maneira lenta, no reduto eleitoral do adversário<sup>14</sup>. A dispersão eleitoral, mais precisamente o declínio eleitoral do PSD e UDN (ambos partidos conservadores), diante das mudanças na estrutura da produção (constante urbanização) produziu um realinhamento no sistema partidário.<sup>15</sup> Como definiu M. Souza

<sup>12</sup> PSD, UDN e PTB também detinham a maioria da representação no Senado (SOARES, 2001).

<sup>13</sup> Apesar da UDN ser a única das grandes siglas a se dirigir à classe média, a legenda nunca recebeu por parte desta classe apoio maciço, aliás, colocado por Soares (2001), no desfecho do período democrático o PDC também penetrou na classe média urbana. A própria UDN, quando se tratava de anseios econômicos – não se mostrando diferente do PSD – expressava os ideais dos donos da terra. A fim de não caminhar junto de uma interpretação fechada, achamos relevante colocar que se pode admitir a existência de várias UDNs. Veja o que retratou Benevides (1981: 213), “parece claro, por exemplo, que a UDN carioca – efetivamente ligada a setores das classes médias, como militares, profissionais liberais, pequenos comerciantes e jornalistas – pouco se aparentava com a UDN nos estados do Nordeste, cujas bases se confundiam com as do PSD”. Tratando-se dos diversos grupos diferentes, os liberais históricos, a Bossa Nova, a Banda de Música, os realistas, os legalistas e os golpistas, concluímos que também havia os vários PSDs (o grupo das raposas e o grupo da ala moça) e porque não os vários PTBs?

<sup>14</sup> Oportuno colocar que pesquisa de David Fleischer (1979) revela, de acordo com Benevides (1981), a predominância dos agrários em todas as siglas – inclui-se aqui o PTB.

<sup>15</sup> Apenas para simples comparação – sem querer melhor aprofundamento - a fragmentação partidária (pós-1985), seguindo o que apontou Tavares (1997 & 1998) e Nicolau (1996), é reflexo das cisões e fusões intrapartidárias e também da criação de novos partidos, práticas que se iniciam por majorias das vezes no âmbito do Congresso Nacional e que tem contribuído negativamente com a redistribuição dos mandatos parlamentares entre as diversas siglas existentes, talvez influenciando mais do que os pleitos legislativos propriamente dito. A migração partidária “dissolve a identidade partidária e com ela, a própria representatividade dos partidos e do

(1990: 152), “a representação parlamentar dos partidos obedecia a uma tendência secular crescentemente urbano-reformista”.<sup>16</sup>

De acordo com M. Souza (1990: 146) os desvios também se devem a fatores conjunturais. Veja:

As circunstâncias em que se deu a morte de Getúlio Vargas ocasionaram um evidente enfraquecimento da UDN e uma revitalização conjuntural da aliança PSD-PTB. “Não tendo conquistado as vantagens do governo – dizia em outubro de 1954 uma prestigiosa revista, - a UDN perdeu as da oposição, pois desaparecido Vargas, e com ele o principal motivo de sua atuação política, ficou apenas com o ônus de principal acusado pelo suicídio”.

Saliente colocar que posteriormente (quando inviabilizada a ideologia antigetulista) a ação política da UDN, escorada no discurso de Carlos Lacerda<sup>17</sup>, apoiou-se no anticomunismo e no antinacionalismo, inclusive para as eleições de 1962 setores udenistas, mesmo com candidatura própria, optaram em apoiar Adhemar de Barros (tradicional adversário) uma vez que, de acordo com os lacerdistas, Barros representava a candidatura da oposição ao janismo, janguismo e o comunismo (BENEVIDES, 1981: 121). Depois de eleito governador de São Paulo Adhemar de Barros se aproxima da UDN (aliança Adhemar-Lacerda), inclusive o PSP, partido de projeção apenas regional, passa a integrar a Ação Democrática Parlamentar – coalizão que congregou os políticos antijanguistas e que era formada em sua maioria pela UDN e parte do PSD, apesar deste não desvincular formalmente da base governamental (HIPOLITO, 1985: 222).

Apesar dos partidos estarem postados a favor ou contra Vargas, a mudança de legenda entre os partidos era praticamente constante, ou seja, a lealdade partidária era inexistente.<sup>18</sup> A

---

Congresso” (TAVARES, 1998: 146). A mudança de partido no decorrer de determinada legislatura pode “aumentar, diminuir ou manter estável a fragmentação parlamentar” (NICOLAU 1996: 71), porém o período estudado pelo citado cientista político - 1985 a 1994 – tal prática, principalmente em razão do esvaziamento do PDS e PMDB, produziu um aumento na fragmentação. Somando-se o crescimento do PDT e PT “caminhamos (...) para um multipartidarismo equilibrado” (NICOLAU, 1996: 72).

<sup>16</sup> M. Souza (1990: 152-153) mostra, entretanto, que o poder executivo nacional (eleições de 1960) revelava-se dependente da votação do interior, mais precisamente, “do apoio das forças políticas interioranas” - máquinas partidárias municipais e estaduais. Maiores detalhes ver M. Souza (1990, cap. VI).

<sup>17</sup> Todo golpe ou tentativa posterior a 1945 teve a participação ativa da União Democrática Nacional. Lacerda, por exemplo, tentava impedir a posse do candidato eleito a cada eleição que perdia. Apenas em 1960, na eleição para governador da Guanabara, aceitou sem constrangimento o que determinou as urnas, coincidentemente foi ele o próprio vencedor (SOARES, 2001).

<sup>18</sup> Parece importante colocar que a taxa de fidelidade partidária dos partidos que fizeram parte da primeira democracia competitiva (1946-1964) é superior à da segunda democracia competitiva (pós-1985). Apenas como ilustração, veja: pesquisando 50 líderes políticos do primeiro período, Nicolau (1996: 63-64) verificou que 78% destes não trocaram de partido sequer uma vez. Analisando, porém, o segundo período (pós-1985) constata-se que o PMDB, em 1989, logo após a Assembléia Constituinte promulgar em 03 de outubro de 1988 a nova Carta

elite ainda detinha um controle pessoal e individual principalmente no interior e boa parte da população ainda aparecia excluída do processo eleitoral (analfabetos). A institucionalização foi limitada (MAINWARING, 2001).

A expansão notável do PTB não pode entretanto ocultar algumas situações. Mesmo na década de 1960 o PTB não dispunha de uma rede organizacional (nível municipal) igual à do PSD e UDN. Enquanto os dois grandes partidos conservadores competiam em praticamente todos os municípios, o PTB não detinha em muitos destes sequer uma organização montada. Partindo de uma base precária – 1945 – o PTB mesmo em 1964 estava em muitos estados representado em número mínimo de municípios (SOARES, 2001).

A partir da vitória, nas urnas, de Jânio (1960) o processo de redemocratização começa a desintegrar – mais precisamente quando terminou a lua de mel entre Jânio e UDN. Agravou-se ainda mais a postura radical udenista quando Goulart tomou posse. Em 1964 o golpe já era aclamado pelas principais lideranças do partido. O PSD dividido em relação a Jânio pôs fim à aliança PSD-PTB durante o período que Goulart ocupou a cadeira presidencial. Parte considerável do PSD aliava-se cada vez mais à UDN (adversário tradicional) a cada ação do poder executivo, até que em 10 de março os pessedistas rompem oficialmente com o governo, mais precisamente, uma fração do PSD sustentou o golpe defendido pela UDN enquanto outra parte (em menor número) apoiava o governo Goulart. (HIPÓLITO, 1985). Segundo um pessedista apud Hipólito (1985: 214):

(...) sem o PSD não teria havido revolução. Se o PSD não se rebelasse contra Jango, só as forças da UDN, que sempre bateram às portas dos militares, não seriam suficientes para o êxito da revolução. Ao PSD não pode ser creditado o movimento revolucionário, mas ao apoio dele se deve ser creditada a vitória do movimento.

O golpe gerou uma euforia udenista, uma vez que para muitos representava a queda da ditadura comunista e “esmagamento completo, e desta vez, definitivo, do Estado Novo” – editorial do O Estado de S. Paulo apud Benevides (1981: 126). A ilusão deveu-se em virtude

---

Magma, já tinha perdido 130 dos 261 deputados e 23 dos 45 senadores (MAINWARING, 2001: 143). De acordo com A. Souza (1992: 178) o PMDB em março 1990 detinha apenas 25,6% das cadeiras. Porcentual pífio, uma vez que elegeu, em 1986, 54,7% das vagas. Cita ainda que entre 1987 e 1990 nada menos que 192 cadeiras foram “perdidas” pelos partidos da Aliança Democrática – aliança composta pelos dissidentes do PDS (Frente Liberal) com os peemedebistas. Desde a EC 25, de 15 de maio de 1985, até outubro de 2001, 846 parlamentares transferiram de partido na Câmara dos Deputados. Como muitos deles mudam de partido mais que uma vez, chegou-se à expressiva marca de 1.035 migrações (MELO, 2003: 322). Saliente expor que embora seja possível supor uma porcentagem maior de troca entre as lideranças intermediárias e as do plano local – período de 1946 a 1964 – tal comparação serve como bom indicador.



do fato não observado que um candidato civil à sucessão presidencial não interessava aos militares. A aliança político-militar excluiu não só Lacerda (candidato udenista ao pleito presidencial de 1965) mas todos, através da suspensão de direitos políticos, os candidatos com qualquer possibilidade – JK foi um deles. Os que não tinham os direitos políticos cassados estavam rompidos com o governo castelista o que inviabilizava qualquer pretensão – Adhemar de Barros e Magalhães Pinto.

O golpe de 1964 interrompeu o processo de construção de um sistema partidário, as raízes criadas no período (1945 – 1964) foram destruídas. Em outubro de 1965 (AI-2) estabelecia-se não só eleições indiretas para Presidente da República, como eram extintos os partidos do período democrático. Os militares criam dois novos partidos, garantindo apoio da maioria dos parlamentares civis, dando legitimidade ao sistema bipartidário, ou seja, os militares não tiveram dificuldades para organizar o novo regime, uma vez que muitos políticos – pré 1964 – apoiaram o golpe. O militares não só tomaram, para si, o poder, como o controlou por duas décadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma maneira geral, os partidos reformistas (populistas), dentro da estrutura partidária onde os partidos no seu íntimo estavam ligados ou faziam oposição a Getúlio, cresceram ao passo que os conservadores e de centro tiveram suas bancadas reduzidas progressivamente. Apesar das distorções se dever também a outros fatores conjunturais, a mudança na estrutura de produção foi de suma importância para o realinhamento do sistema partidário brasileiro, é claro, que não se pode ocultar que o sistema partidário, em seu corpo principal, não se deu em razão de cortes sócio-econômicos, mas o anti ou pró varguismo, herdado no período anterior, foram os elementos decisivos para institucionalização do sistema político. Basta lembrar que a estrutura geral do Estado Novo, mesmo terminado a ditadura Vargas, foi aproveitada na construção da estrutura partidária que se estabelecia, ou seja, o Estado teve influência decisiva sobre o sistema partidário criado em 1945, quando três partidos passaram a representar amplamente o povo brasileiro. O restante dos partidos, do ponto de vista crítico-pessimista, não passava de periferia política – inclusive o PSP que era um partido de projeção apenas regional.

Saliente ressaltar que, mesmo com a ascensão do PTB, a política partidária brasileira em 1962 estava eleitoralmente monopolizada pelos partidos conservadores. Juntos, UDN e PSD, em 1962, detinham mais de 50% da representação na Câmara, sendo que também

dominavam o Senado. Finalmente, embora tenha havido ao longo do período uma constante aliança entre PSD e PTB, o primeiro parece que exerceu grande peso na decisão do golpe. Trata-se de apenas verificar que até 1963 o presidente Jango governava com o PTB e o PSD. Quando o PSD se distanciou de Goulart e passou para o lado da UDN, o representante maior do executivo caiu. A ditadura que se instalava assassinava não apenas o PTB de Jango como também a aliança UDN-PSD.

## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. *Sindicatos carisma e poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HIPPOLITO, Lucia. *PSD de raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1985.

MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MELO, Carlos Ranulfo. Migração partidária na Câmara dos Deputados: causas, conseqüências e possíveis soluções. In: BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (orgs). *Reforma Política e Cidadania*. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 321-343.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. Notas sobre os quatro índices mais utilizados nos estudos eleitorais. In: Olavo Brasil de Lima Junior (org). *O Sistema Partidário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997, p.313-320.

SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.

SOUZA, Amaury de. O sistema Político-Partidário. In: Helio Jaguaribe (org). *Sociedade, Estado e partidos na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.157-198.

TAVARES, José Antônio Giusti. Rio Grande do Sul: O sistema partidário eleitoral e parlamentar. In: Olavo Brasil de Lima Junior (org). *O Sistema Partidário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997. p.165-209.

\_\_\_\_\_. *Reforma política e retrocesso democrático*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.